

Inquérito às Despesas das Famílias 2022/2023

Proporção da despesa anual média por agregado familiar cresceu na Habitação e diminuiu na Alimentação

A Direção Regional de Estatística da Madeira (DREM) divulga a caracterização dos agregados familiares madeirenses e os resultados definitivos, relacionados com a despesa, do Inquérito às Despesas das Famílias (IDF) 2022/2023 referentes à Região Autónoma da Madeira (RAM). Este inquérito foi realizado entre fevereiro de 2022 e fevereiro de 2023, junto de uma amostra de 1 480 alojamentos, representativa dos agregados familiares residentes na Região.

De acordo com os resultados do IDF 2022/2023 estimou-se um total de 94 792 de agregados familiares residentes na RAM. A maioria dos agregados madeirenses não tinha crianças dependentes (65,8%), sendo mais frequente os que tinham dois ou mais adultos, com pelo menos um idoso (21,6%). Os agregados com apenas uma criança dependente constituíam 18,8% do total de agregados e os que tinham duas ou mais crianças totalizavam 15,4%.

A maioria dos agregados familiares tinha como principal fonte de rendimento o trabalho por conta de outrem (56,6%), seguindo-se as pensões (32,0%) e o trabalho por conta própria (5,3%).

Considerando como indivíduo de referência do agregado, aquele que entre todos os elementos do agregado tinha a maior proporção de rendimento total líquido anual, 53,9% eram homens, 44,6% tinham entre 45 e 64 anos e 65,1% exerciam uma profissão.

Os resultados indicam que a despesa total anual média por agregado residente na RAM foi de 22 605 Euros, representando um aumento de 24,2% relativamente à despesa anual média de 18 204 Euros em 2015/2016. Desta despesa, 65,4% foi despesa monetária e 34,6% despesa não monetária.

Na RAM, do total da despesa, 39,7% destinavam-se a despesas com “Habitação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis” que, em conjunto com as despesas de “Transportes” (13,4%) e “Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas” (11,6%), concentravam 64,7% da despesa média anual do total dos agregados familiares madeirenses. A divisão “Restaurantes e serviços de alojamento” constituía 8,9% da despesa e as divisões “Saúde” e “Acessórios para o lar, equipamento doméstico e manutenção corrente da habitação”,

representavam 4,5%, individualmente. Saliência ainda para as despesas em “serviços de Educação”, que em 2022/2023 constituíram apenas 1,0% da despesa total anual média dos agregados madeirenses.

Analisando a despesa total anual média por agregado familiar e por regime de ocupação, constata-se que os proprietários têm valores superiores em aproximadamente um terço (+32,8%) da despesa dos arrendatários, estimando-se 23 886 Euros e 17 983 Euros, respetivamente, para estes dois grupos.

Considerando a despesa média dos agregados por classes de rendimento total por adulto equivalente, observa-se que os agregados do 1.º quintil (20% com menores rendimentos) apresentavam um valor de despesa (15 977 Euros) equivalente a 70,7% da despesa média total (22 605 Euros). No outro extremo, os agregados com rendimento equivalente correspondente ao 5.º quintil (20% com maiores rendimentos) registavam uma despesa média total superior à média nacional em 51,4% (34 213 Euros), mais do dobro que os agregados do 1.º quintil.

Em 2022/2023, a despesa total anual média por agregado familiar madeirense afeta à divisão “Saúde” constituiu 4,5% da despesa total (1 028 Euros). Segundo as estimativas, 16 138 agregados familiares tinham despesas monetárias em saúde superiores a 10% do rendimento monetário líquido, constituindo 17,0% do total de agregados. Com despesa em saúde superior a 25%, estimaram-se 3 250 agregados, o que representa 3,4% do total de agregados familiares. A RAM foi a região NUTS II que apresentou os valores mais elevados para estes dois indicadores. A nível nacional, 12,1% dos agregados apresentavam despesa em saúde superior a 10% e 1,9% apresentavam despesa em saúde superior a 25%.

Ao nível das NUTS II, a Área Metropolitana de Lisboa (A.M. Lisboa) destaca-se por ser a região com a maior despesa total anual média por agregado familiar apresentando um montante de 26 891 Euros, seguida pelo Algarve com 24 432 Euros, ambas acima da média nacional que foi de 23 900 Euros. Entre as restantes regiões, abaixo da média nacional, a Região Autónoma dos Açores (RAA) é a que apresenta a despesa anual média mais baixa, 19 431 Euros, seguida pelo Alentejo com 21 359 Euros. O Norte foi a região que apresentou o maior valor abaixo da média nacional (23 245 Euros) seguida pela RAM com 22 605 Euros.

1. Introdução

A Direção Regional de Estatística da Madeira (DREM) divulga a caracterização dos agregados familiares madeirenses e os resultados definitivos, relacionados com a despesa, do Inquérito às Despesas das Famílias (IDF) 2022/2023 referentes à Região Autónoma da Madeira (RAM). Este inquérito foi realizado entre fevereiro de 2022 e fevereiro de 2023, junto de uma amostra representativa dos agregados familiares residentes no país, com estratificação regional. A amostra regional foi constituída por 1 480 alojamentos, distribuídos de forma uniforme ao longo das 26 quinzenas que constituíram o período de inquirição.

O objetivo principal desta operação quinquenal é determinar o volume e a estrutura da despesa das famílias de acordo com a Classificação do Consumo Individual por Objetivo (COICOP-2018), concorrendo, deste

modo, para a determinação da estrutura de consumo para cálculo dos ponderadores do Índice de Preços no Consumidor (IPC) e para fornecer informação sobre o consumo final das famílias às Contas Nacionais Portuguesas. Os resultados apresentados têm por base despesas totais (monetárias e não monetárias) e correspondem a despesas anuais médias por agregado familiar.

Na análise que se segue, o agregado familiar corresponde ao conjunto de pessoas que residem no mesmo alojamento e cujas despesas fundamentais ou básicas (alimentação e alojamento) são suportadas conjuntamente, independentemente da existência ou não de laços de parentesco; ou a pessoa que ocupa integralmente um alojamento ou que, partilhando-o com outros, não satisfaz a condição anterior.

São consideradas crianças dependentes todos os indivíduos com menos de 18 anos ou com idade entre os 18 e os 24 anos, desde que economicamente dependentes (que não exerciam uma atividade ou estavam desempregados).

São classificados como idosos todos os indivíduos com 65 ou mais anos de idade.

Na análise da despesa total anual média dos agregados familiares, considerou-se a soma da despesa monetária com a despesa não monetária. A despesa monetária refere-se a todas as compras de bens e serviços, no país ou no estrangeiro, quer sejam para consumo imediato pelo agregado, oferta ou armazenamento, abarcando um período de referência retroativo até aos 12 meses anteriores à entrevista. A despesa não monetária abrange o autoconsumo (bens alimentares e outros de produção própria), o autoabastecimento (bens ou serviços obtidos sem pagamento em estabelecimento explorado pelo agregado), a autolocação (autoavaliação pelos agregados proprietários ou usufrutuários de alojamento gratuito de valor hipotético de renda de casa), recebimentos em géneros e salários em espécie.

A recolha das despesas seguiu a Classificação Internacional do Consumo Individual por Objetivos de 2018 (COICOP 2018) que passou a ser constituída por 13 divisões em detrimento das 12 dos anos anteriores (eCOICOP), originando uma quebra da série cronológica. Entre as principais diferenças da COICOP 2018 face à eCOICOP, assinalam-se as seguintes:

- A divisão Transportes passou a incluir também o transporte de bens (na eCOICOP era considerado apenas o transporte de pessoas);

- Reorganização das divisões Comunicações e “Lazer, recreação e cultura” em “Informação e comunicação” e “Lazer, recreação desporto e cultura”;

- A divisão “Bens e serviços diversos” foi separada em duas: “Seguros e serviços financeiros” e “Cuidados pessoais, proteção social e bens diversos”.

Para além da implementação da COICOP 2018, ao nível metodológico, a inquirição de 2022/2023 teve alterações no fatores de anualização (na medida em que o questionário passou a inquirir a frequência com que as despesas são realizadas por cada família, permitindo a obtenção de informação mais precisa), no

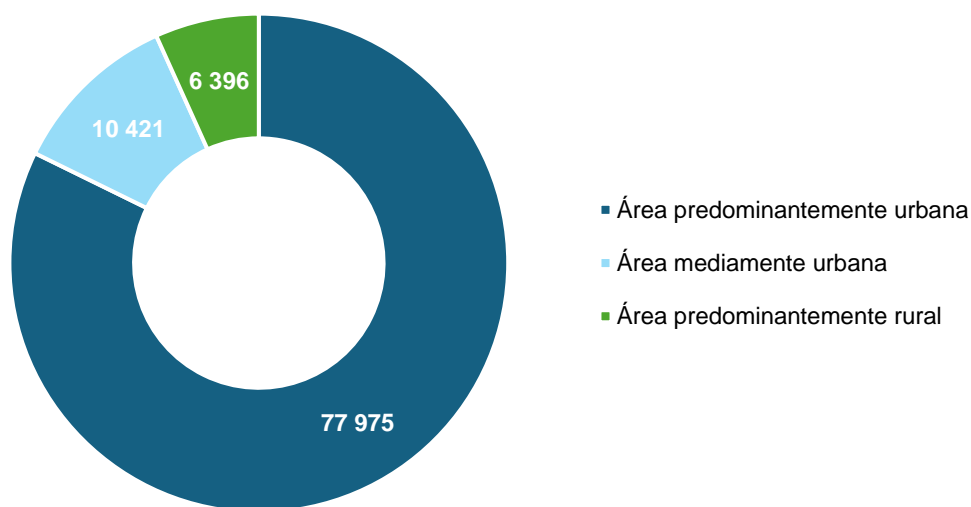
dimensionamento da amostra (a amostra do inquérito incluiu uma nova metodologia de reforço de unidades de alojamentos de modo a mitigar, ainda que parcialmente, os problemas resultantes da assimetria na distribuição dos rendimentos e a maior incidência de não respostas nas famílias com maiores recursos) e nos ponderadores (a calibragem incluiu, pela primeira vez, variáveis monetárias no modelo de ajustamento).

Tendo em conta que a Habitação e a Alimentação são, em média, as categorias de despesa das famílias mais relevantes e dado que as alterações metodológicas associadas à COICOP e aos fatores de anualização são limitadas para ambas as categorias, apresenta-se uma análise mais detalhada da evolução da despesa média nestas categorias face à última edição do inquérito.

2. Caracterização dos agregados familiares

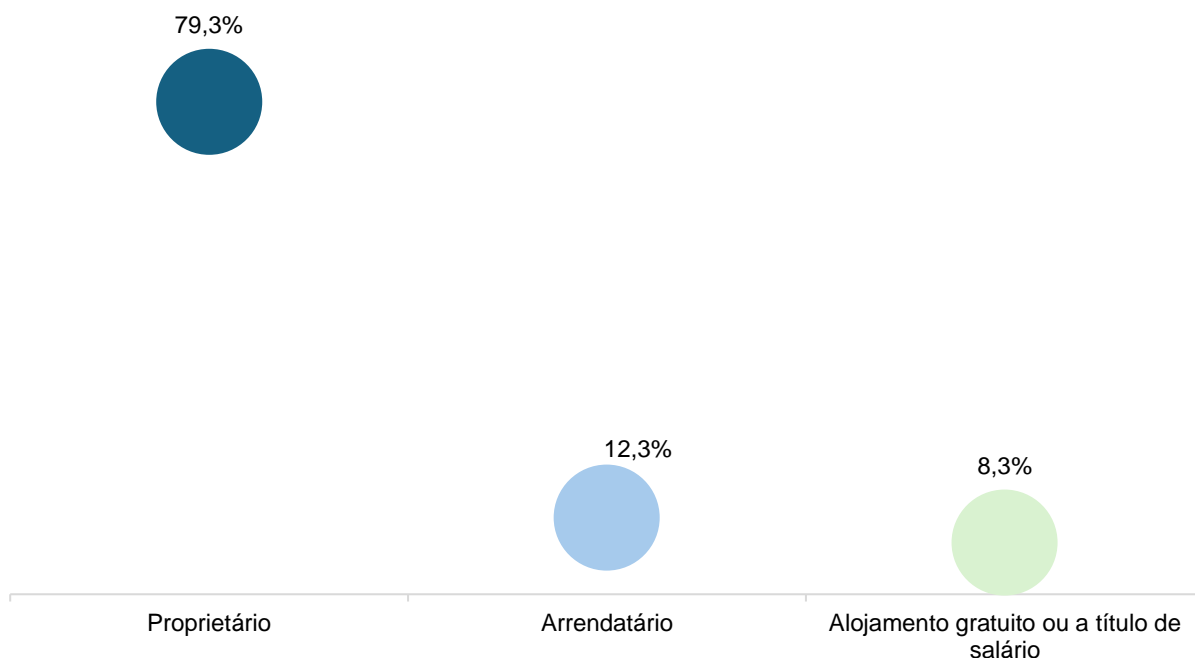
De acordo com os resultados do IDF 2022/2023 estimou-se um total de 94 792 de agregados familiares residentes na RAM, sendo que, por grau de urbanização, 82,3% residiam em áreas predominantemente urbanas, 11,0% em áreas mediantemente urbanas e 6,7% em áreas predominantemente rurais.

Fig. 1 - Distribuição dos agregados familiares, por grau de urbanização, 2022/2023



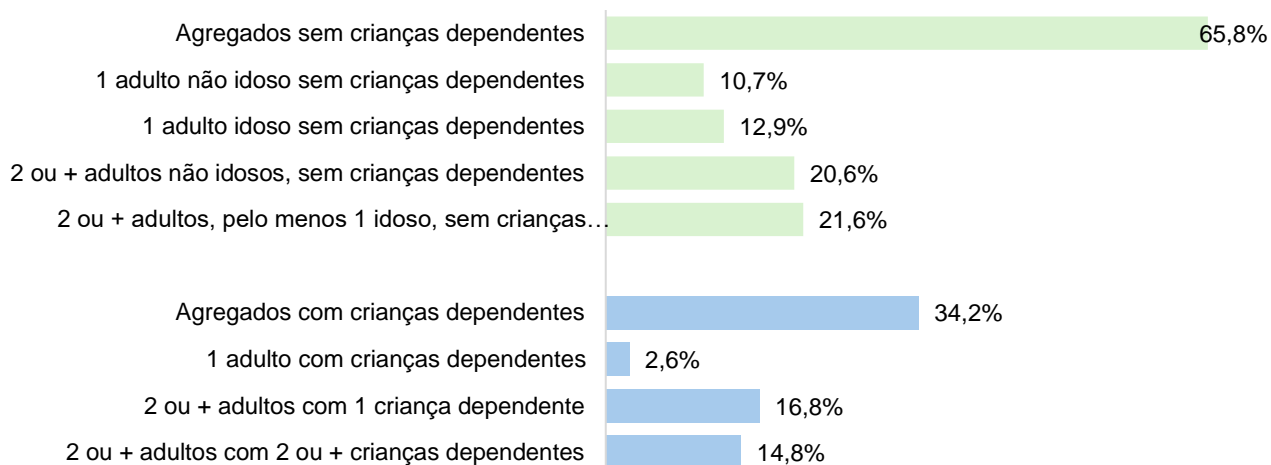
Segundo o regime de ocupação do alojamento de residência principal, no período de referência, 79,3% dos agregados eram proprietários, 12,3% eram arrendatários e 8,3% residiam em alojamentos gratuitos ou a título de salário.

Fig. 2 - Distribuição dos agregados familiares, por regime de ocupação do alojamento de residência principal, 2022/2023



A maioria dos agregados madeirenses não tinha crianças dependentes (65,8%), sendo mais frequente os que tinham dois ou mais adultos, com pelo menos um idoso (21,6%). Os agregados com crianças dependentes constituíam 34,2% do total de agregados, destacando-se neste grupo 16,8% agregados compostos por dois ou mais adultos com uma criança dependente e 14,8% com dois ou mais adultos e com duas ou mais crianças dependentes. Note-se que 2 184 agregados (12,9% do total de agregados) eram constituídos por um indivíduo com 65 ou mais anos sem crianças dependentes e 2 497 agregados (2,6%) eram formados por um adulto com crianças dependentes. Os agregados com apenas uma criança dependente constituíam 18,8% do total de agregados e os que tinham duas ou mais crianças totalizavam 15,4%.

Fig. 3 - Distribuição dos agregados familiares, por composição do agregado, 2022/2023



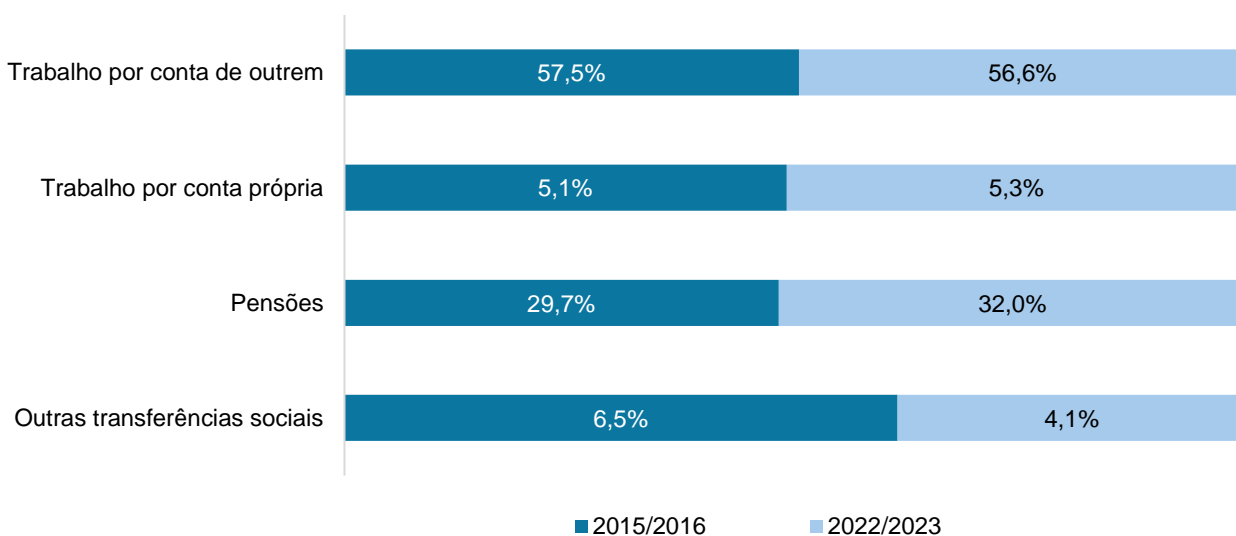
Na análise da informação de 2015/2016, consideraram-se crianças dependentes todos os indivíduos até aos 16 anos (inclusive) ou até aos 24 anos, desde que economicamente dependentes (que não exerciam uma atividade ou estavam desempregados), pelo que não é possível estabelecer uma comparação com os dados do período em análise. Contudo, em 2015/2016, 58,0% dos agregados não tinham crianças dependentes e 18,0% tinham dois ou mais adultos, sendo pelo menos um com 65 ou mais anos, sem crianças dependentes. Os agregados que tinham apenas uma criança dependente constituíam 24,4% dos agregados em 2015/2016 e os que tinham duas ou mais crianças, 17,5% do total de agregados.

3. Principal fonte de rendimento e escalões de rendimento

Os resultados do IDF mostram que a maioria dos agregados familiares tinha como principal fonte de rendimento o trabalho por conta de outrem (56,6%), seguindo-se as pensões (32,0%) e o trabalho por conta própria (5,3%). Com a principal fonte de rendimento proveniente de outras transferências sociais (exceto pensões) contabilizaram-se 4,1% dos agregados.

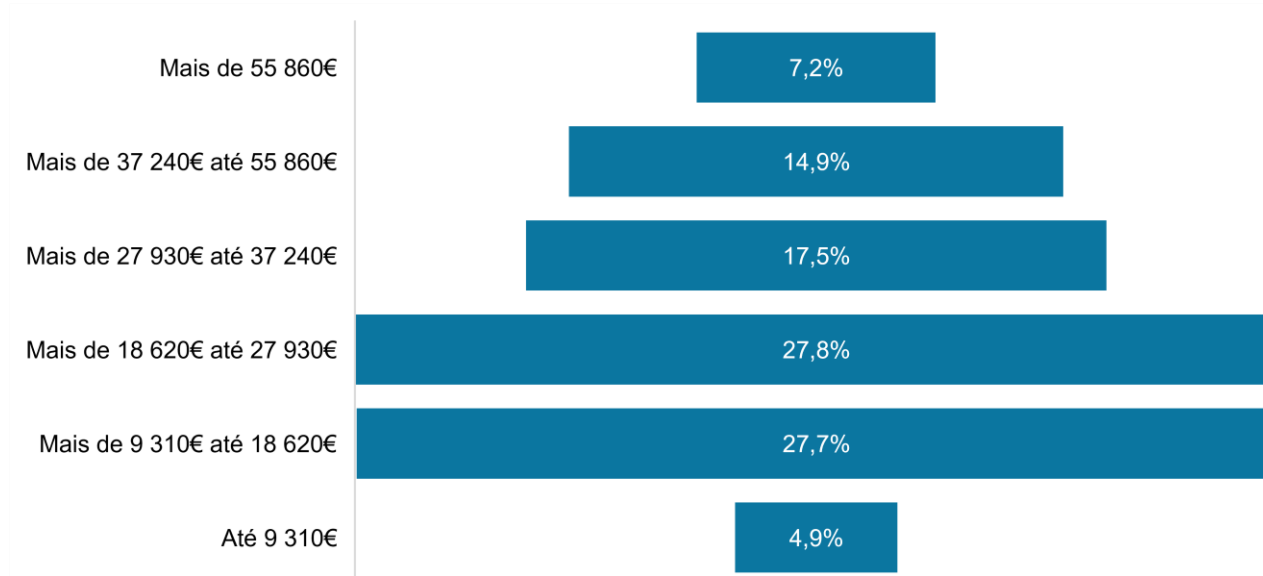
Em comparação com os dados de 2015/2016, destaca-se o aumento de 2,3 p.p. na proporção de agregados cujo rendimento proveniente de pensões constituía a principal fonte de rendimento (29,7% em 2015/2016).

Fig.4 - Distribuição dos agregados familiares, por principal fonte de rendimento, 2022/2023



De acordo com as estimativas, e tendo em conta os rendimentos de todos os elementos do agregado em 2021, 4,9% dos agregados familiares tinham um rendimento total anual inferior a 9 310 Euros, ou seja, inferior à remuneração mínima nacional mensal de referência para aquele ano. Cerca de metade dos agregados (55,5%) tinham rendimento total entre 9 310 Euros e 27 930 Euros: 27,8% entre 18 620 Euros e 27 930 Euros e 27,7% entre 9 310 Euros e 18 620 Euros. Com um rendimento total anual de mais de 55 860 Euros existiam 7,2% dos agregados. Note-se que não está disponível a informação por indivíduo.

Fig.5 - Distribuição dos agregados familiares, por escalões de rendimento total do agregado, 2022/2023



4. Perfil do indivíduo de referência

Para cada agregado familiar, considerou-se como indivíduo de referência aquele que entre todos os elementos do agregado tinha a maior proporção de rendimento total líquido anual.

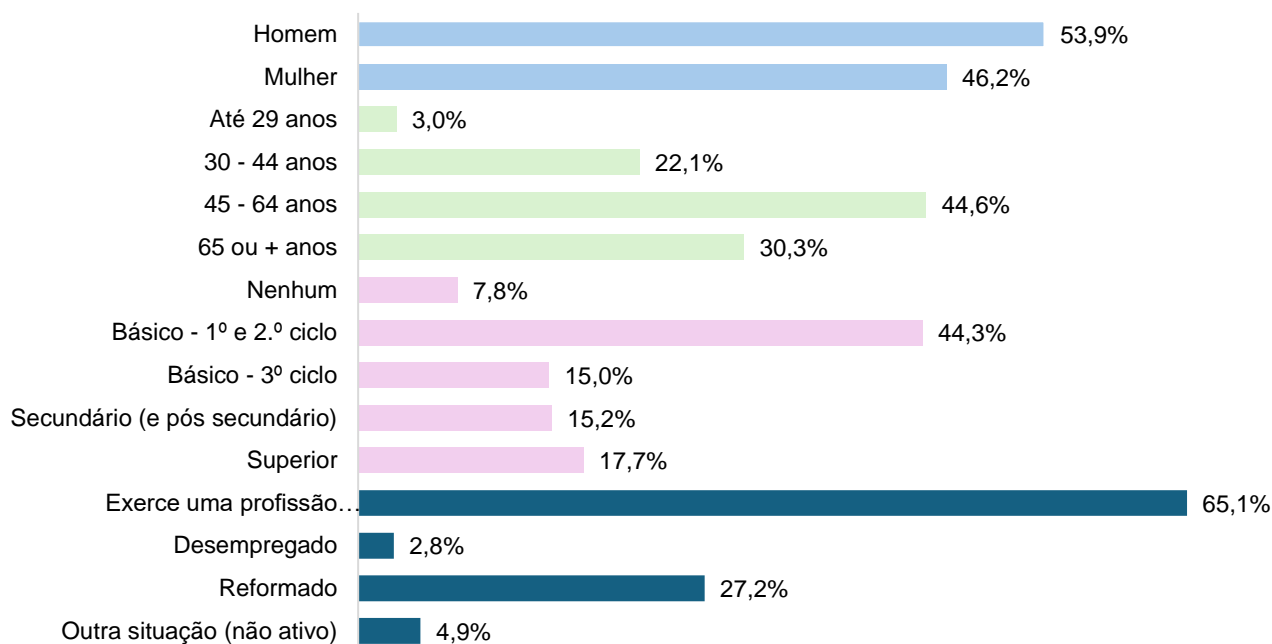
Na Região, 53,9% dos indivíduos de referência eram homens. Considerando o grupo etário, 44,6% tinham entre 45 e 64 anos e 30,3% tinham um idoso como indivíduo de referência.

Quanto ao maior nível de escolaridade completo, o ensino básico dos 1.º e 2.º ciclos eram os mais frequentes (44,3%), seguindo-se o nível superior com 17,7%. Os indivíduos de referência sem qualquer nível de escolaridade constituíam 7,8% do total.

Relativamente à condição perante o trabalho, 65,1% dos indivíduos de referência exerciam uma profissão e 27,2% eram reformados. Na condição de desempregado estavam 2,8% dos indivíduos de referência.

Em relação a 2015/2016, destaque-se o aumento da proporção de indivíduos de referência do sexo masculino (49,6% em 2015/2016; mais 4,3 p.p.), diminuição de 9,1 p.p. no número de indivíduos entre 30 e 44 anos e aumento de 5,6 p.p. nos idosos e de 4,0 p.p. nos indivíduos entre os 45-64 anos. Quanto ao nível de escolaridade completo registou-se uma diminuição de 0,7 p.p. nos indivíduos de referência que tinham habilitação escolar superior. Na condição perante o trabalho destaque-se a diminuição de 5,5 p.p. na proporção dos indivíduos de referência desempregados (8,3% em 2015/2016).

Fig.6 - Distribuição dos agregados familiares, por características do indivíduo de referência, 2022/2023

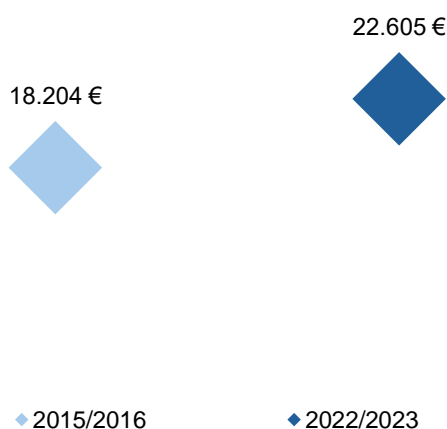


5. Despesa total anual média dos agregados familiares

Na análise da despesa total anual média dos agregados familiares, considerou-se a soma da despesa monetária com a despesa não monetária. A recolha das despesas seguiu a Classificação Internacional do Consumo Individual por Objetivos de 2018 (COICOP 2018) que passou a ser constituída por 13 divisões.

Os resultados indicam que a despesa total anual média por agregado residente na RAM foi de 22 605 Euros, representando um aumento de 24,2% relativamente à despesa anual média de 18 204 Euros em 2015/2016.

Fig.7 - Despesa total anual média por agregado, 2015/2016 e 2022/2023



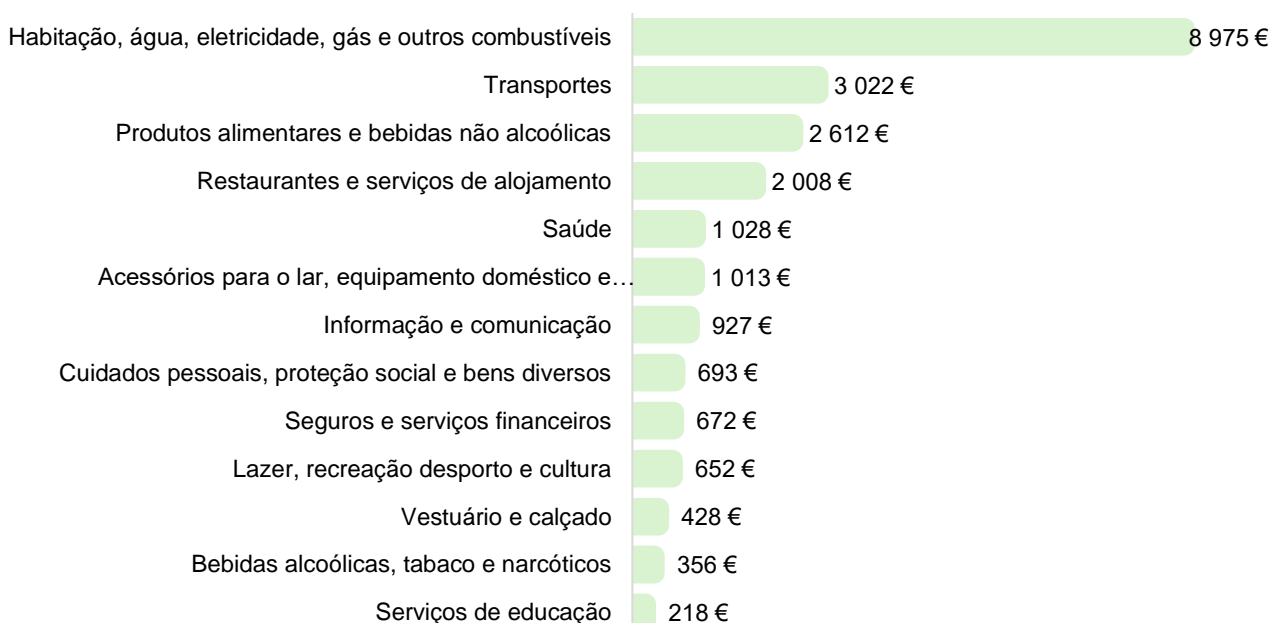
Ao nível das NUTS II, a Área Metropolitana de Lisboa (A.M. Lisboa) destaca-se por ser a região com a maior despesa total anual média por agregado familiar apresentando um montante de 26 891 Euros, seguida pelo Algarve com 24 432 Euros, ambas acima da média nacional que foi de 23 900 Euros. Entre as restantes regiões, abaixo da média nacional, a Região Autónoma dos Açores (RAA) é a que apresenta a despesa anual média mais baixa, 19 431 Euros, seguida pelo Alentejo com 21 359 Euros. O Norte foi a região que apresentou o maior valor abaixo da média nacional (23 245 Euros) seguida pela RAM com 22 605 Euros.

Na RAM, do total da despesa, 39,7% (8 975 Euros) destinavam-se a despesas com “Habitação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis” que, em conjunto com as despesas de “Transportes” (13,4%; 3 022 Euros) e “Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas” (11,6%; 2 612 Euros), concentravam 64,7% da despesa média anual do total dos agregados familiares madeirenses.

A preponderância destas divisões de despesa na Região é semelhante à verificada nas edições anteriores deste inquérito. Contudo, em 2015/2016 verificou-se uma concentração ligeiramente mais baixa da despesa na Habitação (34,0%) mas superior nos “Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas” (14,0%), perdendo esta divisão em 2022/2023 a sua importância relativa no total da despesa, mas mantendo-se entre as três principais.

Entre as divisões com maior peso na estrutura da despesa total anual média por agregado, encontravam-se também, em 2022/2023, a divisão “Restaurantes e serviços de alojamento” com 8,9% e as divisões “Saúde” e “Acessórios para o lar, equipamento doméstico e manutenção corrente da habitação”, ambas com 4,5%. Saliência ainda para as despesas em “serviços de Educação”, que em 2022/2023 constituíram apenas 1,0% da despesa total anual média dos agregados madeirenses.

Fig. 8 – Despesa total anual média por agregado, segundo a COICOP, 2022/2023



Tendo em conta que a Habitação e a Alimentação são, em média, as categorias de despesa das famílias mais relevantes e dado que as alterações metodológicas associadas à COICOP e aos fatores de anualização são limitadas para ambas as categorias, apresenta-se uma análise mais detalhada da evolução da despesa média nestas categorias face à última edição do inquérito.

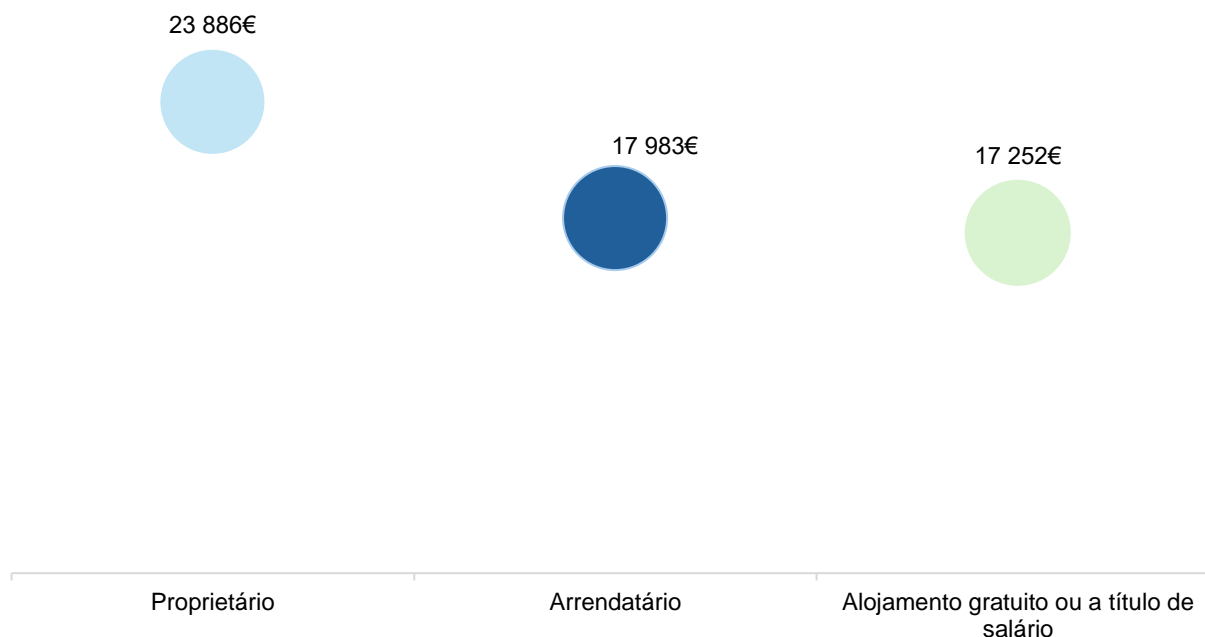
Em termos nominais, o maior aumento da despesa total anual média em 2022/2023, face ao estimado em 2015/2016, verificou-se na divisão “Habitação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis” (+44,9%; 6 192 Euros em 2015/2016). A divisão “Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas” registou apenas um aumento de 2,6%, (2 545 Euros em 2015/2016).

6. Despesa total anual média dos agregados familiares por regime de ocupação

Como analisado anteriormente, cerca de quatro em cada cinco agregados familiares madeirenses eram proprietários da sua residência principal.

Analisando a despesa total anual média por agregado familiar e por regime de ocupação, constata-se que os proprietários têm valores superiores em aproximadamente um terço (+32,8%) da despesa dos arrendatários, estimando-se 23 886 Euros e 17 983 Euros, respetivamente, para estes dois grupos. A despesa total anual média dos agregados em regime de alojamento gratuito ou a título de salário foi inferior, estimando-se em 17 252 Euros.

Fig.9 - Despesa total anual média dos agregados familiares, por regime de ocupação, 2022/2023



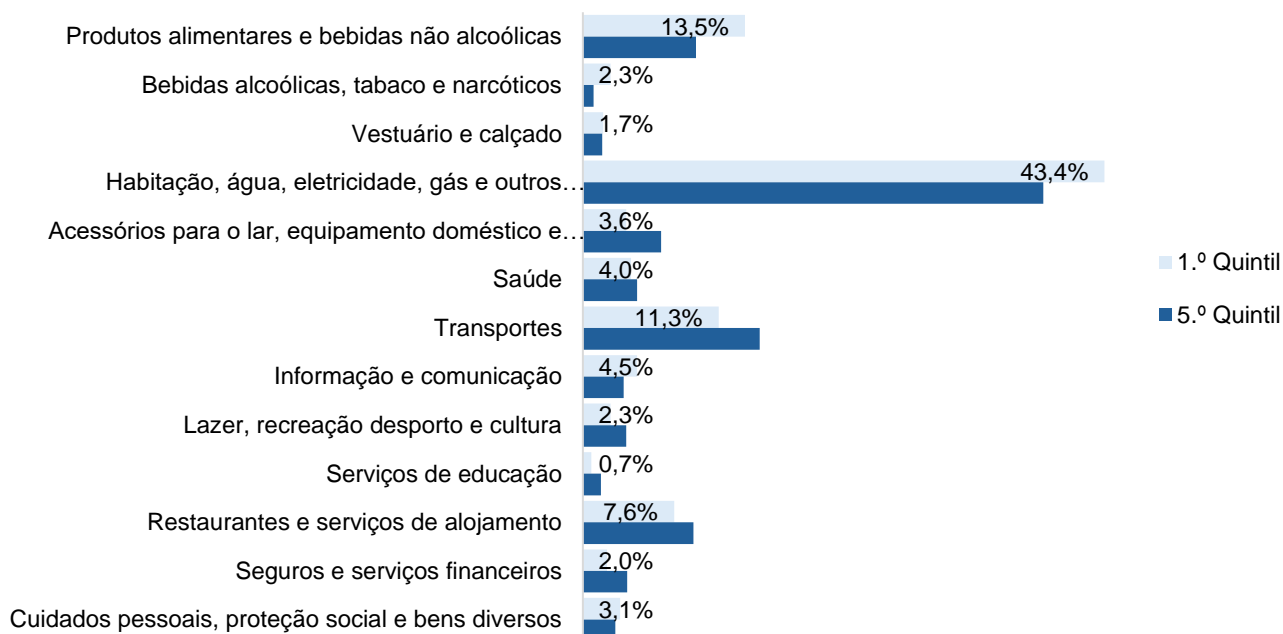
7. Despesa total anual média dos agregados familiares por quintis de rendimento

Considerando a despesa média dos agregados por classes de rendimento total por adulto equivalente, observa-se que os agregados do 1.º quintil (20% com menores rendimentos) apresentavam um valor de despesa (15 977 Euros) equivalente a 70,7% da despesa média total (22 605 Euros). No outro extremo, os agregados com rendimento equivalente correspondente ao 5.º quintil (20% com maiores rendimentos) registavam uma despesa média total superior à média nacional em 51,4% (34 213 Euros), mais do dobro que os agregados do 1.º quintil.

Comparativamente às médias nacionais, na RAM apenas os agregados pertencentes ao 2.º quintil apresentavam despesa total anual média superior à do País. Em todos os restantes quintis a despesa era inferior.

Considerando as divisões da COICOP, na análise da estrutura da despesa total anual média em cada quintil de rendimento, nota-se que os agregados do 1.º quintil são os que têm maior proporção de despesas em “Habitação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis” (43,4%), em “Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas” (13,5%) e em “Bebidas alcoólicas, tabaco e narcóticos” (2,3%). Por outro lado, considerando estas três divisões, os agregados do 5.º quintil apresentam a menor proporção de despesa em “Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas” (9,4%) e em “Bebidas alcoólicas, tabaco e narcóticos” (0,9%). A menor proporção de despesa na divisão da “Habitação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis” foi registada pelos agregados do 4.º quintil (37,7%), seguido pelos do 5.º quintil (38,3%). A divisão dos “Transportes” destacou-se por apresentar a proporção mais baixa nos agregados do 1.º quintil e a mais elevada nos agregados do 5.º quintil (14,7%).

Fig. 10 – Estrutura da despesa total anual média por agregado, no 1.º e no 5.º quintil de rendimento total equivalente, 2022/2023



8. Despesa monetária anual média dos agregados familiares

A despesa monetária refere-se a todas as compras de bens e serviços, no país ou no estrangeiro, quer sejam para consumo imediato pelo agregado, oferta ou armazenamento, abrangendo um período de referência retroativo até aos 12 meses anteriores à entrevista.

Na RAM, a despesa monetária anual média foi de 14 779 Euros, representando 65,4% do total da despesa. Por divisão, 19,9% da despesa monetária foi em “Transportes”, 16,5% em “Habitação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis” e 16,4% em “Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas”. Os “Restaurantes e serviços de alojamento” representavam 9,3% e a “Saúde” e “Acessórios para o lar, equipamento doméstico e manutenção corrente da habitação”, totalizavam 6,6% cada. A menor proporção da despesa correspondia aos “Serviços de educação” com 1,4%, seguido do “Vestuário e calçado” com 1,7%.

9. Despesa não monetária anual média dos agregados familiares

A despesa não monetária abrange o autoconsumo (bens alimentares e outros de produção própria), o autoabastecimento (bens ou serviços obtidos sem pagamento em estabelecimento explorado pelo agregado), a autolocação (autoavaliação pelos agregados proprietários ou usufrutuários de alojamento gratuito de valor hipotético de renda de casa), recebimentos em géneros e salários em espécie.

O valor da autolocação da residência principal com base em renda subjetiva é o valor atribuído pela própria família ao serviço de alojamento que é originado pela propriedade de uma habitação de residência principal, enquanto o valor da autolocação com base em renda imputada é obtida usando métodos quantitativos de imputação (em concreto, um modelo de preços hedónicos). Em 2022/2023, na RAM, a despesa anual média relativa a autolocação com base em renda subjetiva foi estimada em 6 533 Euros e a relativa a autolocação com base em renda imputada foi de 4 218 Euros.

A despesa não monetária anual média por agregado foi estimada em 7 826 euros, representando 34,6% da despesa anual média. Em termos proporcionais e por divisão da COICOP, destaca-se as da “Habitação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis” com 83,6%, seguida dos “Restaurantes e serviços de alojamento” com 8,0%, “Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas” com 2,3% e “Vestuário e calçado” com 2,2%.

10. Despesas em saúde

Em 2022/2023, a despesa total anual média por agregado familiar madeirense afeta à divisão “Saúde” constituiu 4,5% da despesa total (1 028 Euros).

Com o objetivo de analisar a proporção de agregados familiares que podem enfrentar dificuldades financeiras devido às despesas de saúde, analisa-se a proporção de agregados com despesas em saúde superiores a 10% e a 25% do rendimento monetário líquido. Estes dois indicadores fazem parte da medição do objetivo “Saúde de qualidade”, um dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU).

Na RAM, estima-se que no período em análise 16 138 agregados familiares tinham despesas monetárias em saúde superiores a 10% do rendimento monetário líquido, constituindo 17,0% do total de agregados. Com despesa em saúde superior a 25%, estimaram-se 3 250 agregados, o que representa 3,4% do total de agregados familiares.

A RAM foi a região NUTS II que apresentou os valores mais elevados para estes dois indicadores. A nível nacional, 12,1% dos agregados apresentavam despesa em saúde superior a 10% e 1,9% apresentavam despesa em saúde superior a 25%.

Fig. 11 – Agregados familiares cuja despesa em saúde é superior a 10% ou a 25% do rendimento total, 2022/2023

